



SOBRE A NOMENCLATURA GRAMATICAL E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA/LÍNGUA MATERNA

Victor André Pinheiro Cantuário¹(IESAP)

Roberto Carlos Amanajás Pena²(UNIP)

Resumo

O presente artigo propõe a discussão de um tema fundamental na área de estudos linguísticos voltados para a compreensão dos fenômenos da gramatização, qual seja, a nomenclatura gramatical, ressaltando a vigente em nosso país a partir da Portaria n.º 36 de 28 de janeiro de 1959. Nesse sentido, vale uma contextualização histórica, buscando pelas raízes da gramática ocidental no mundo helênico, especificamente, da morfologia, e verificando de que forma a nomenclatura gramatical pouco evoluiu nesses mais de 20 séculos de história gramatical.

Palavras-chave: gramática, morfologia, nomenclatura, tradição, ensino.

Abstract

This article proposes a discussion about a fundamental subject in the area of the linguistic studies, concentrated to the phenomenon of grammatization, that of the grammatical nomenclature, emphasizing that used at our country since 1959. In this meaning, it is necessary to make a historical contextualization, searching for the roots of western grammar in the Greek world, specifically, of the morphology, and analyzing in what way grammatical nomenclature has progressed not much in those more than 20 centuries of grammatical history.

Keywords: grammar, morphology, nomenclature, tradition, teaching.

1 Introdução

Nesta época por que passam os estudos linguísticos, considerando que as temáticas mais em foco no momento são aquelas voltadas para a discussão sobre metodologias de ensino de gramática, as modalidades ou variantes do português brasileiro e a formação dos professores de letras, faz-se mais que necessário trazer à baila um assunto como o explanado neste artigo: a nomenclatura gramatical brasileira, e qual a sua importância para o ensino e a compreensão de fatos da língua portuguesa por parte do aluno.

Incorre-se em truísmo afirmar que a nomenclatura é um tópico ao qual deve ser dispensado um momento determinado dos estudos sobre gramática, e não de língua¹; contudo, dada a persistência do modelo utilizado no ensino daquela no país – mais preocupado com a memorização descontextualizada de uma lista (infundável) de regras –, sem a aquisição “adequada” deste conteúdo, que finda por ser um verdadeiro “calo” na vida escolar dos alunos, outras áreas serão afetadas, visto o aluno ainda, como o receptor passivo, ser levado a “acreditar” que a competência interpretativa, a capacidade de se comunicar (entender e ser entendido) estão ligadas ao conhecimento das classes de palavras, pontuação, análise sintática etc.

É preciso esclarecer que ao discutir gramática, discute-se o tipo de gramática identificado comumente por estudiosos da língua como tradicional ou normativa (prescritiva), a qual “depende da linguística sincrônica, ou gramática descritiva, em suma” (CAMARA JR, 1986, p. 15), porque tem preocupação principalmente em estabelecer uma série de regras que devem ser seguidas imperiosamente, cujo objetivo é o acerto no falar e no escrever (POSSENTI, 2006).

O adequado raciocínio e compreensão desses fatos da língua, que recebem denominações provindas das chamadas línguas clássicas ocidentais (GHELLI, 2006) – latim e grego – parecem representar uma parcela pouco significativa dos estudos de linguagem, o que deve ser revertido em se considerando a importância do tópico no contexto geral da linguística contemporânea.

Mas antes de tratar do tema, é preciso retornar à tradição que lhe deu origem, contextualizar o ambiente em que ocorreu o aparecimento da disciplina gramatical no Ocidente e apresentar alguns teóricos que contribuíram para a preservação desse saber.

2 A Linguagem enquanto *lógos*

O ímpeto por sistematizar conhecimentos sempre acompanhou o homem ao longo de seu desenvolvimento histórico, e sempre esteve ligado ao grau de avanço atingido por uma determinada sociedade. Não seria diferente com os conhecimentos relacionados à

¹ Possenti (2006, p. 74) considera haver para cada tipo de gramática um tipo de língua. Portanto, “para a gramática normativa, a língua corresponde às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio.”

linguagem humana ou às tentativas de preservar traços particulares de um idioma, como a pronúncia, o que, a princípio cabia à gramática, a qual já era alvo de reflexão no mundo oriental, com uma ressalva:

Embora as culturas mesopotâmica, chinesa e árabe tenham se preocupado com a gramática, suas análises estiveram tão entranhadas nas particularidades de seus próprios idiomas, e se mantiveram tão desconhecidas do mundo europeu até pouco tempo atrás, que na prática não tiveram impacto algum sobre a tradição linguística ocidental (WEEDWOOD, 2002, p. 13).

Isto significa uma coisa: apesar de a linguagem humana vir sendo estudada desde o surgimento da escrita, em 4.000 a.C., o pioneirismo grego é inegável. As relações culturais estabelecidas com outros povos permitiu-lhes, como a nenhuma cultura antes, agregar conhecimentos, os quais possibilitaram o desenvolvimento de um alfabeto, conforme entendemos este termo atualmente, fato que por si significou um avanço fundamental para a linguística em formação. Tanto é que

cedo se verifica, na história do pensamento grego, uma grande atenção dada à consideração dos fatos da linguagem. Muito antes de a gramática ser pensada como uma disciplina intelectual e mesmo bem antes de ela emergir dentre a massa do pensamento filosófico, encontramos uma riqueza muito grande na experiência grega da linguagem (ROBINS, 2004, p. 17).

Tal constatação pode ser mantida, visto que somente a Grécia do VI século a.C. oferecia condições suficientes para o florescimento de um tipo de saber que se utilizava não mais das narrativas (*mythos*), enquanto mera contemplação para explicar a origem ou razão de ser das coisas, mas especulava (perguntava) sobre elas e sobre que resultados poderiam ser obtidos a partir de uma proposição dada.

A maturidade do pensamento grego, no tocante à linguagem, está na maneira particular com que perceberam nela a presença de uma dimensão contrária à religiosa (mitológica), uma dimensão sonora, por consequência, cada vez mais ligada ao humano e cada vez mais dissociada de quaisquer elementos divinos (MOURA NEVES, 2005).

É de forma inovadora que os helênicos, a partir do discurso filosófico recente, surgido justamente no período indicado anteriormente, iniciam questionamentos a respeito

da linguagem, cujas proposições encaminharam para o surgimento de um ramo do conhecimento, a gramática, que será, inicialmente, marcado pela identificação da linguagem constituída como discurso, ou mais propriamente *lógos*. Não qualquer tipo de discurso, mas uma linguagem apropriadamente construída com um vocabulário que corresponda ao grau de sistematização que permeia essa linguagem, e funciona como o modo de os helênicos compreenderem a realidade ao redor.

Apesar de haver debates precursores sobre a origem da linguagem e seus usos, é, sem sombra de dúvidas, no *Crátilo* de Platão, “o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas fundamentais da linguagem” (WEEDWOOD, 2002, p. 25), que o questionamento e a apresentação de uma teoria efetivamente sobre a linguagem aparecerá pela primeira vez. Quando a linguagem passa a ser vista como algo além da simples emissão de sons (*phone*), investindo-se de um caráter mais filosófico, deixando de ser uma fala a esmo, ou comum (*koiné*) e passando a ser a expressão de nossos pensamentos; neste estágio de investigação, a linguagem é *lógos* que se divide em partes e que constituirá o modelo de linguagem por excelência, a correção ou padrão, aquilo a que se atribui o nome de *hellenismos*.

Os filósofos gregos, então, dispostos a compreender qual a origem das palavras, a função da linguagem e a “natureza da atual relação entre as palavras e seus *denotata*” (idem, ibidem), ou seja, do nome com aquilo a que faz referência, divergiram quanto à compreensão desses problemas, agrupando-se em correntes de pensamento. Entre estas estava a dos que defendiam a *nómos* contrária àqueles que defendiam a *phýsis*. Enquanto alguns criam que as palavras não mantinham nenhuma relação com aquilo a que se referiam, não sendo mais que convenção (*nómos* ou *thesein*); havia outros que acreditavam estar a palavra intimamente ligada ao seu referente (*phýsis*). Tal é o conteúdo expresso na obra do filósofo grego Platão.

Logo em seguida, outra dicotomia sucede à da *phýsis* contra a *nómos*. Identificada como da *analogia* contra a *anomalia*. Assentada ainda sobre a forte base filosófica construída por Platão e Aristóteles, mas motivada pelas especulações dos estóicos, esta discussão propõe-se nos seguintes termos: para os analogistas, “a fala humana, e a nossa própria compreensão do seu funcionamento, estaria sob o domínio do princípio da regularidade ou analogia; para os segundos, sob o domínio do princípio da irregularidade ou anomalia” (ROBINS, 2004, p. 13).

De qualquer forma, o que interessa é perceber como nesse primeiro momento abandona-se a mitologia, o místico, como critério de justificação e explicação e passa-se à investigação visando definir teorias para melhor compreensão dos fenômenos que se apresentam, dotados de significação e características impossíveis de serem descritas senão a partir de um método e de uma análise adequados. O que justamente foi operado pelos filósofos na questão específica da linguagem.

3 A gramática enquanto *techné*

Se com Platão e Aristóteles a linguagem foi elevada a outro nível, será somente com Dionísio Trácio (170-90 a.C. ou século II a.C.) que ela se revestirá de um aspecto mais técnico², permitindo não apenas a localização exata das partes do discurso – leia-se, da oração – a *ónoma* e a *rhema* – o que entendemos hoje como sujeito e predicado (aquilo que é dito sobre algo ou alguém), respectivamente – identificadas já nos escritos aristotélicos, mas o feito de separar as palavras em categorias, hoje entendidas como classes, agrupando essas classes em um ramo da recente arte da gramática, então, denominado como morfologia – o estudo das formas que as palavras podem adquirir. Isso está atestado “pela [própria] história da palavra *grammatikós*. Até a época de Platão e Aristóteles, inclusive, o vocábulo significava simplesmente aquele que entedia o uso das letras, *grámmata*, e que podia ler e escrever; *téchne grammatiké* era a arte de ler e escrever” (ROBINS, 2004, p. 10). Onde se pode concluir, nesse aspecto, que o modelo de gramática escrito por Dionísio Trácio, natural de Alexandria, é a versão final da gramática grega, o mesmo que será absorvido pela tradição latina (WEEDWOOD, 2002). Assim, o erudito alexandrino foi consagrado pela tradição como

o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade, dando-lhe uma forma que, por muito tempo, foi definitiva e cujos traços fundamentais ainda hoje podem ser reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente. (...) Dionísio nos deixou uma (*téchne*) *grammatiké*, a primeira do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715 (MOURA NEVES, 2005, p. 125-126).

² Entenda-se aqui técnico como algo que segue determinado procedimento, ou como define André Lalande em seu *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia* (1999, p. 1109), “procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados considerados úteis”; contrário à teoria.

A gramática de Dionísio, como a maioria das então escritas, seguia um modelo de organização da língua que não abrigava a sintaxe. Esses tratados assentavam-se apenas sobre a fonologia e a morfologia. Se bem que a morfologia era desenvolvida em função mais da pronúncia e como uma parte acessória. Como as dicotomias descritas na segunda seção eram as que ditavam o direcionamento dos tratados sobre a língua, especificamente a grega, a morfologia teve um desenvolvimento paralelo de pouca importância, enquanto

um ramo da linguística que levou uma existência obscura na periferia dos estudos da linguagem: *como campo de investigação científica de pleno direito, é um desdobramento pós-renascentista*. Na realidade, quando os estudiosos antigos e medievais pesquisavam a verdadeira natureza de uma palavra, não era sua forma original o que eles buscavam, mas seu significado original [o que chamavam de *étymon*] (WEEDWOOD, 2002, p. 46, grifo meu).

Há de se explicitar que na busca pelo significado original baseado na dicotomia anomalia/analogia foi fundamental o ponto de vista dos teóricos que professavam esta última, cujas conclusões sobre como estas ocorrem no interior da língua é que irão impulsionar o surgimento da gramática. Ainda mais se atentamos para o detalhe de serem os analogistas praticantes do estoicismo e seguirem o princípio de que “não é toda linguagem que é obra da natureza, mas apenas a linguagem certa, [a qual] pressupõe naturalmente uma busca deliberada de *orthótes* [o que entendemos hoje por *norma*]” (MOURA NEVES, 2005, p. 106). Essa busca concretizar-se-á justamente no helenismo, o qual será visto mesmo como sinônimo da língua grega, ao passo que o termo gramática será utilizado para se referir a tudo o que estiver diretamente relacionado com esta língua (MOURA NEVES, 2005). Nada mais que uma criação do gênio helênico.

O modelo gramatical de Dionísio, seguidor da morfologia clássica – que não desenvolveu uma teoria sobre o morfema, teoria esta fundada sobre a palavra e o paradigma – tem uma parte que discute as oito classes nas quais o gramático agrupou as palavras, cujos nomes e definições se seguem:

ónoma (nome): parte do discurso que possui flexão de caso e que significa pessoa ou coisa;

rhema (verbo): parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, que significa atividade ou processo executado ou experimentado;

metoche (particípio): parte do discurso que compartilha das características do verbo e do nome;

árrhron (artigo): parte do discurso que possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes;

antonymía (pronome): parte do discurso que se pode substituir por um nome e que leva a marca de pessoa;

próthesis (preposição): parte do discurso que se coloca antes de outras palavras no domínio da composição ou da sintaxe;

epírrhema (advérbio): parte do discurso que não possui flexão e que modifica ou acompanha o verbo;

sýndesmos (conjunção): parte do discurso que funciona como elemento de ligação e que ajuda na interpretação do enunciado (ROBINS, 2004, p. 27).

Segundo o que podemos notar pelas classes anteriormente apresentadas e suas respectivas descrições, é possível afirmar, sem hesitação, sob os mais variados aspectos, o quanto é semelhante em sua estrutura básica uma gramática antiga e uma gramática moderna utilizada no ensino da norma culta, contendo prescrições (regras) para serem seguidas e aplicadas.

Ora, a tradição gramatical iniciada por Dionísio manteve-se praticamente intata ao chegar a Roma. Podemos constatar isso pela gramática de Prisciano "(circa 500 d. C.), que (...) pode ser considerada a mais representativa da erudição latina" (ROBINS, 2004, p. 42). Apesar de em seu conteúdo não apresentar quase nenhuma originalidade, atendo-se tão somente a traduzir as categorias e a nomenclatura gregas para o latim, na medida do possível utilizando termos latinos que se aproximem ao máximo dos termos gregos: *nomen*, *antonymía*, *pronomen*, *sýndesmos*, *coniunctio*. Os quais em sua forma latina final foram representados e descritos da seguinte maneira:

nomen (nome, incluindo os adjetivos): é característica do nome indicar substância ou qualidade, atribuindo uma propriedade comum ou particular a todo objeto corpóreo ou coisa.

verbum (verbo): é propriedade do verbo indicar uma ação que se pratica ou que se experimenta; tem formas modais e temporais, mas não possui flexão de caso.

(...)

pronomen (pronome): é característica do pronome substituir os nomes próprios, especificando a pessoa do discurso. Limitando-se aos nomes próprios, essa definição, pelo menos no que concerne aos pronomes de terceira pessoa, entra em choque com a realidade da língua latina. Mais adiante, porém, Prisciano afirma, repetindo pensamento de Apolônio, que

uma das propriedades do pronome é indicar substância sem qualidade. Isto é um modo de dizer que os pronomes podem, sem qualquer restrição, referir-se anaforicamente a todos os nomes.

adverbium (advérbio): é propriedade do advérbio subordinar-se semântica e sintaticamente ao verbo.

praepositio (preposição): é característica da preposição poder ser usada como elemento independente diante de palavras declináveis e como elemento prefixado a palavras que tenham ou não flexão de caso. Para Prisciano, como para Dionísio, são preposições os morfemas iniciais das palavras *proconsul* e *intercurrere*.

interiectio (interjeição): classe de palavras, sintaticamente independente do verbo, que indica sentimento ou estado de espírito.

coniunctio (conjunção): é propriedade das conjunções unir sintaticamente dois ou mais vocábulos das outras classes, estabelecendo entre eles certo tipo de relacionamento (ROBINS, 2004, p. 45).

Com relação à classe dos numerais e dos artigos, estão incluídas no primeiro grupo, dos nomes, dada a natureza da língua latina, na qual se tem a presença de casos e declinações. Classificada como uma língua sintética.

Se no mundo helênico o grego reinava absoluto como modelo de erudição a ser preservado e ensinado – esse era o objetivo das primeiras gramáticas e é nessa categoria que se enquadra a gramática de Panini – agora é a vez de o latim ser utilizado como língua de um império, “de toda a intelectualidade e erudição – a língua internacional que unia todos os cristãos letrados, bem como a língua mais bem descrita à disposição do linguista e do filósofo” (WEEDWOOD, 2002, p. 60). Um patrimônio que permitirá por séculos inteiros à pesquisa linguística se desenvolver, analisando-o minuciosamente.

A influência crescente da Igreja Católica pode ser sentida pelos gramáticos da Idade Média, aos quais coube a tarefa de aperfeiçoar o modelo de Prisciano. Tal se deu com a nova estrutura da gramática agora dividida em quatro partes: *orthographia* (que estudava as propriedades da *littera*, aquilo a que os gregos chamavam de *grámma* e que era a representação escrita do som); *prosódia* (na qual eram estudadas particularidades como as propriedades da sílaba, sua duração e tonicidade); *etymologia* (na qual estavam agrupadas as oito classes de palavras) e por fim, a *diasynthetica* (a sintaxe representa uma inovação, pois os gregos não deram a devida atenção a essa parte no estudo da língua, mesmo porque não constituía uma preocupação naquele momento), contrastando com a divisão tripartida *littera-etymologia-retórica*.

O próximo passo foi dado ainda no continente europeu quando os vernáculos, as várias línguas faladas na Europa ocidental, passaram a ser utilizados em produções escritas e orais gerando a necessidade de gramáticas que sistematizassem regras para o seu uso.

O primeiro a romper com essa tradição [do ensino do latim] bem estabelecida foi Elfrico (Aelfric), que escreveu no sul da Inglaterra perto do ano 1000. O inglês antigo tinha por essa época, sua própria tradição literária florescente, e Elfrico podia contar com um público-alvo capaz de ler em sua língua nativa (WEEDWOOD, 2002, p. 61).

De igual forma, as “modernas disciplinas da fonética, fonologia, morfologia e filologia histórico-comparativa emergiram todas dessa recém-sentida urgência de encontrar sistematicidade nos aspectos físicos da língua(gem)” (idem, p. 70).

Ao adentrar-se no século XX e verificar o *status* da e as problemáticas tratadas pela ciência linguística, algo fica evidente: que toda a tradição gramatical iniciada na Grécia, desenvolvida em Roma e aperfeiçoada por toda a Europa ocidental, permaneceu sem muitos acréscimos daí em diante. Fato que se explica por uma certa desatenção dada ao campo morfológico.

Tanto o estruturalismo saussuriano quanto o gerativismo chomskyano não romperam com a tradição morfológica. Ao assentarem as suas descrições, assim como os funcionalistas e os pragmatistas e outras correntes, sobre os usos da língua(gem) e seus contextos, nada mais fizeram que perpetuar uma tradição que ainda discute norma, ensino e uso.

4 Nomenclatura gramatical – tradição perpetuada

Grande parte da história da disciplina gramatical no Ocidente se deu sob o signo da conservação, semelhante a uma fórmula alquímica que precisasse ser repassada aos iniciados e somente a estes por serem os mais aptos a manterem a tradição incólume.

O problema se deu quando essa tradição deslocou-se não apenas no espaço-tempo, mas entre culturas diferentes, por vezes em muito divergentes, considerando que as diversas invasões de territórios ocorridas na Europa durante os primeiros séculos da Era

cristã impingiram nos dominados mais que a servidão: além dos costumes, a língua dos vencidos (*superstrato*).

Essa nova língua imposta e absorvida mesmo que com resistência, deixou inegavelmente suas marcas nos domínios fonéticos e principalmente morfológicos. Entretanto, a pouca resistência havida permitiu que outros povos, ao contrário, legassem sua língua e cultura aos seus dominadores (*substrato*). Assim foi que o grego se impôs aos romanos e, como *superstrato* o latim se impôs às variedades linguísticas praticadas nas nações europeias de então.

Importando uma forte tradição linguística para o império, os romanos em muito preservaram os conceitos de seus predecessores helênicos e difundiram, com algumas poucas modificações, a arte da gramática às suas colônias.

Operando um salto quantitativo, atingimos o limiar do século XXI e ao folhearmos uma gramática normativa, propriamente utilizada para o ensino da modalidade padrão da língua portuguesa materna no Brasil, em suas particularidades escritas, nas escolas de ensino básico (primeiro e segundo graus), é perceptível que, semelhante ao manual de Dionísio Trácio, ainda constam os capítulos destinados à fonologia (prosódia), à morfologia (as partes do discurso) e acrescentou-se a sintaxe (o estudo dos termos da oração), além da estilística, presente em algumas gramáticas normativas como uma introdução aos estudos da poética (que para os gregos era a filologia). Ou seja, em questões de divisão e nomenclatura pouco sofreu modificação. Ainda mais se considerarmos o processo de gramatização³ dos vernáculos.

O que este artigo propõe é justamente isto: o quão a nomenclatura gramatical é obscura aos alunos. Muitos professores de língua materna e até linguistas podem afirmar que é uma discussão incoerente ou superada, reclusa na primeira metade do século passado. O fato é que muitos dos professores que venham a questionar a incoerência ou superação desta discussão esbarram, por vezes, nos mesmos obstáculos de seus alunos, e muitos linguistas estacionaram seus questionamentos na utilidade da gramática ou não para o ensino de línguas.

³ Sylvain Auroux (apud BALDINI, 1999, p. 40) propõe o que se deve entender por gramatização: "*processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário*".

Se de fato fosse incoerente ou superada, por que se sentiu a necessidade de operar uma unificação na nomenclatura gramatical não somente aqui no Brasil em 1959 como na Espanha e na França do século XX? E por que a nomenclatura é motivo de confusão no ato de aprender/apreender a língua materna no cotidiano escolar? Eis o que nos diz Gildásio Amado sobre essa questão:

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam.⁴

À primeira, vista pode parecer um tópico que não merece devida atenção, ou mínimo quando a discussão em torno do aprendizado da língua “factual”, utilizada em situações reais de fala é mais fundamental, porém, cabe termos consciência de que a ignorância no trato de “questões mínimas” pode afetar irreversivelmente o trato de “problemas basilares”.

Ressalte-se que a discussão aqui não gira em torno da validade da gramática, sem dúvida, o ensino de gramática é necessário, mas não indispensável, para o desenvolvimento de habilidades específicas no aluno – habilidades mais formais, visto a normatividade assim o requerer –, nos mais variados níveis e modalidades; ou então, faz-se desnecessário ao aluno o domínio dos conceitos de latitude e longitude, equação de primeiro grau e raiz quadrada, sistema solar, tabela periódica, mecânica e tantos outros pertencentes às disciplinas que compõem a matriz curricular? “Não havia (nem há) problema com a gramática, nem com o uso da gramática no ensino, mas na concepção de língua e de gramática que se praticava nas salas de aula. Isso significa que a gramática não está abolida” (HENRIQUES, 2009, p. 23).

Novamente, o problema é identificado na nomenclatura, especifiquei as classes de palavras (morfologia) na seção 3 do artigo, pois, como domínio intermediário entre a fonologia e a sintaxe, é mais que essencial que o aluno compreenda e absorva um conceito de substantivo, adjetivo, advérbio, pronome, artigo, numeral etc., adequado à sua realidade

⁴ (Apresentação da NGB, assinado pelo Diretor do Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado – o livreto é de 1959 apud HENRIQUES, 2009, p. 16).

cognitiva – conceitos, inclusive, causadores de grandes dores de cabeça por apresentarem dificuldade não apenas de pronúncia como de memorização/apreensão. Ora, aos alunos não é preciso considerar o radicalismo de gramáticos como Napoleão Mendes de Almeida, o qual afirma em sua **Gramática Metódica da Língua Portuguesa** que aprender a língua vigente no país é um dever cívico, e estimula a tantos quantos sejam “aplicados” em seus estudos gramaticais que “devem” saber quantos nomes tiverem um mesmo fato da língua.

Ao aluno não cabe dominar o grego e o latim a não ser que fossem disponibilizados em sua matriz de disciplinas – neste caso, nem o domínio é necessário, pois as disciplinas seriam disponibilizadas em caráter ou nível instrumental. Ao aluno é somente solicitado que aprenda/apreenda os conceitos referentes às categorias abrangidas na gramática. Conceitos como advérbio, pronome, adjunto, nada representam ao aluno, podendo ser modificados por termos mais gerais, compreensíveis e em seu vernáculo, mesmo que somente para efeitos de aprendizado.⁵

O eminente doutor das letras Antenor Nascente (apud HENRIQUES, 2009) nos esclarece sobre o pedantismo e exagero praticado à revelia dos alunos pelos gramáticos, identificando o quanto é rebuscada e hermética, no tocante a alguns fatos da língua, a nomenclatura vigente no país, recorrendo exageradamente às línguas clássicas do Ocidente (grego e latim, sempre) para criar (inventar) novos termos e dificultar uma unificação emergencial.

O que foi tentado sem sucesso com a portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959, quando o então ministro da Educação Clóvis Salgado da Gama reuniu

as autoridades que mais estavam debaixo de sua jurisdição – os componentes catedráticos do Colégio Pedro II – para, sob a presidência do decano e emérito Antenor Nascente, apresentarem proposta de unificação da nomenclatura gramatical reinante nos livros didáticos e científicos, nas escolas e entre professores de língua portuguesa (HENRIQUES, 2009, p. 66).

O problema daí decorrente foi que a NGB de 1959 conheceu a ascensão, o apogeu e o ostracismo da terminologia proposta. Tendo a emenda caído no esquecimento até o ano

⁵ Reforçando esta perspectiva, Baldini (1999, p. 41) entende ser a NGB “uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil”. Por isso vale o esforço em “adaptar” a nomenclatura aos fins do aprendizado, sem perder de vista, certamente, o disposto no documento, caso contrário, outro caos se estabelecerá, com o surgimento de variadas nomenclaturas particulares.

de 1983, quando “o prof. Claudio Cezar Henriques, na revista *Idioma* 12, da UERJ, dela se lembrou através de interessante artigo: ‘Nomenclatura Gramatical Brasileira, 25 anos depois’” (HENRIQUES, 2009, p. 34).

Do que nos fica a interrogação de por que da nomenclatura não vigorar? À época, mais precisamente em 1968, Portugal “editou, em Coimbra, o seu anteprojeto de unificação e simplificação da Nomenclatura Gramatical Portuguesa” (idem, ibidem). Reagindo à iniciativa brasileira. Curioso que justamente em 2008 tenha concordado com a reforma ortográfica, não sendo necessário discorrer sobre todos os aspectos envolvidos na, agora, imposta reforma.

Seguindo o percurso da crítica à nomenclatura, a unificação de 1959 apenas conseguiu acabar, parcialmente, com a confusão de rótulos existente até a sua proposição. E por mais que os alunos não estejam na “escola para aprender nomenclatura, mas a língua. A nomenclatura é um dos meios indispensáveis. O aprendizado da língua é o fim” (HENRIQUES, 2009, p. 37). Mas como aprender a língua ensinada na escola (normativa, padrão, culta) se a nomenclatura é obscura?

Portanto, enquanto não houver uma simplificação eficaz e consciente de que vários alunos de realidades distintas é que irão lidar com determinada nomenclatura, o substantivo que, a propósito, é um conceito mais escolástico (filosófico-teológico), e por consequência tomista, que gramatical, ainda será motivo de questionamentos quando um aluno qualquer perguntar a seu professor de língua materna o porquê de pedra ser substantivo, ou deus, ou as fadas (eles têm substância?); o que é um pronome, verbo defectivo, qual o significado de assindético. E aí terá razão em afirmar que o seu professor está falando grego com ele, e também latim.

5 Considerações Finais

Desviar o foco de problemas realmente críticos à educação, na área de linguagens, tem sido a prática constante de muitos especialistas deste campo de estudos que preferem dar atenção à crise “criada” sobre o ensino de gramática e qual língua ensinar a discutir assuntos igualmente relevantes. Certamente um professor de cálculo não dirá aos seus alunos: “Não estudaremos divisão com três algarismos, vocês não irão precisar saber disso”.

À vida escolar é indispensável o melhor desenvolvimento das capacidades formais e linguageiras de cada aluno. Mas como aprender se esbarra de cara com um problema: nomenclatura? Para solucionar isso, ainda que não seja aplicada uma simplificação em nível nacional, o professor de língua materna, enquanto mediador munido das ferramentas linguísticas e de arcabouço teórico consistente, precisa conscientizar-se de sua função e permitir aos seus alunos, através da sua capacidade de diagnóstico e análise, compreenderem quaisquer categorias gramaticais que se lhes apresentem. Focalizando as tratadas no campo da morfologia, não dispensando menor atenção às outras, naturalmente.

Por isso, cabe como tomada de consciência, tratar e ampliar o tema aqui brevemente discutido de forma a buscar esclarecimentos os mais sensatos e perceber, enquanto debatedores de assuntos relacionados à linguagem, qual o papel a ser desempenhado por parte de cada um na atividade cotidiana de ensinar-aprender-ensinar.

Referências

BALDINI, Lauro José Siqueira. A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada. – Campinas, SP: [s.n.], 1999. Dissertação (mestrado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000188786&fd=y>. Acessado em 23 set. 2013.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 16. ed. – Petrópolis: Vozes, 1986.

GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **A Nomenclatura (Terminologia) Gramatical Brasileira**. In Cadernos da FUCAMP, revista 5 – vol. 5 – jul-dez/2006. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/pesquisa/cadernos-da-fucamp/vol5/>. Acessado em 27 jun. 2013.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (col. Língua[gem]; 34).

MOURA NEVES, Maria Helena de. **A Vertente Grega da Gramática Tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. – 2.ed. ver. e atual. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2006 (*Coleção Leituras no Brasil*).

ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. (col. Na Ponta da Língua; 3).

¹ **Victor André PINHEIRO CANTUÁRIO, Especialista**
Instituição de Ensino Superior do Amapá (IESAP)
loquorlatinae@hotmail.com

² **Roberto CARLOS AMANAJÁS PENA, Dr.**
Universidade Paulista (UNIP)
robertoamanajas@yahoo.com.br

Recebido: 25.09.13

Aprovado: 20.10.13